

INTEGRAÇÃO, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E PANAMAZÔNIA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) conectando países¹

INTEGRATION, PUBLIC COMMUNICATION, AND THE PAN- AMAZON: the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) connecting countries

Cynthia Mara Miranda²
Rafael Sbeghen Hoff³
José Tarcísio da Silva Oliveira Filho⁴

Resumo: O artigo tem como objetivo refletir sobre a Comunicação Pública na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), uma organização intergovernamental que engloba oito países da Panamazônia, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável. A metodologia se ancora na pesquisa bibliográfica sobre conceitos-chave e na Análise de Conteúdo envolvendo três documentos públicos da OTCA: a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2011), o Relatório de Gestão OTCA (2023) e a Declaração de Belém (2024). Em diálogo com os princípios da Comunicação Pública e considerando os aspectos socioculturais da região panamazônica, foram estabelecidas quatro categorias analíticas: a) Transparência e acesso; b) Interação; c) Ouvidoria social; d) Valorização intercultural. Os resultados demonstram que a OTCA não possui uma política de Comunicação Pública, evidenciando lacunas que impedem uma aproximação junto à sociedade e a efetividade de sua responsabilidade social.

Palavras-Chave: Comunicação Pública. Panamazônia. OTCA.

Abstract: The article aims to reflect on Public Communication within the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO), an intergovernmental organization comprising eight Pan-Amazonian countries with the purpose of promoting sustainable development. The methodology is based on a literature review of key concepts and a Content Analysis of three ACTO public documents: the Amazon Strategic Cooperation Agenda (2011), the ACTO Management Report (2023), and the Belém Declaration (2024). In dialogue with the principles of Public Communication and considering the sociocultural aspects of the Pan-Amazon region, four analytical categories were

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Comunicação Organizacional. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, Doutora em Ciências Sociais (UnB), cynthiamara@uft.edu.br.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, Doutor em Ciências da Comunicação e Informação (UFRGS), rafaelhoff@ufam.edu.br.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, Doutor em Comunicação (UFMG), jose.tarcisio@ufrr.br.

established: (a) Transparency and Access; (b) Interaction; (c) Social Ombudsman; and (d) Intercultural Appreciation. The results demonstrate that ACTO does not have a Public Communication policy, revealing gaps that hinder closer engagement with society and the effectiveness of its social responsibility.

Keywords: Public Communication. Pan-Amazonian. ACTO.

1. Introdução

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) fundada em 1998 é uma organização intergovernamental composta por oito países amazônicos: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela resultante do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) estabelecido em 03 de julho de 1978, com o objetivo de promover o desenvolvimento a partir de ações conjuntas que gerem resultados equitativos e mutuamente benéficos para alcançar o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. A OTCA se propõe:

ser um fórum permanente de cooperação, intercâmbio e conhecimento, guiado pelo princípio de redução das assimetrias regionais entre os Países Membros; auxiliar nos processos nacionais de progresso econômico-social, permitindo uma paulatina incorporação desses territórios às respectivas economias nacionais; promover a adoção de ações de cooperação regional que resultem na melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia; atuar segundo o princípio do desenvolvimento sustentável e modos de vida sustentável, em harmonia com a natureza e o meio ambiente e levando em consideração a legislação interna dos Países Membros (ORGANIZAÇÃO, 2025, sem paginação).

Nas organizações, a comunicação é uma ferramenta estratégica para promover o diálogo entre os setores e a sociedade, com vistas a possibilitar uma conexão eficiente entre as atividades de gestão e o relacionamento com o público interno e externo. Já a Comunicação Pública diz respeito a conceder acesso, agir com transparência, garantir o direito à informação e, principalmente, estimular a participação social das pessoas naquilo que lhes diz respeito (MEDEIROS; CHIRNEV, 2021; DUARTE, 2007; KUNSCH, 2013).

A efetivação da Comunicação Pública em uma organização intergovernamental que reúne países tão distintos é ainda mais desafiadora ao se propor uma perspectiva cidadã a partir de uma integração temática que mobiliza não só o interesse dos países envolvidos, mas também o do mundo, que é a preservação ambiental do bioma amazônico. A OTCA mobiliza recursos e cooperações financeiras dos países-membros, doadores internacionais, bancos de desenvolvimento e outras entidades públicas ou privadas de grande porte para financiar seus

projetos. Partindo do pressuposto de que a organização mobiliza recursos internacionais e suas ações buscam impactar territorialidades distintas, no presente artigo levantamos a seguinte questão: a OTCA está dedicando espaço adequado para a comunicação como meio de interlocução com a sociedade e como ferramenta de transparência pública para as suas ações?

A OTCA estabelece como missão promover a cooperação, a integração e o desenvolvimento sustentável dos países-membros, fortalecendo a gestão compartilhada da região e garantindo o equilíbrio entre conservação, desenvolvimento e inclusão social (ORGANIZAÇÃO, 2025) e seus eixos de atuação são: ciência e inovação, água, clima, florestas, segurança, economia sustentável, saúde e alimentação, povos indígenas, participação e institucionalidade. Nesta direção, nosso objetivo é refletir sobre a Comunicação Pública da OTCA por meio das estratégias e princípios que o órgão utiliza para coordenar ações, promover transparência e influenciar políticas no âmbito da Panamazônia de modo a promover a cooperação, o desenvolvimento sustentável e o respeito aos povos que habitam nesse espaço.

Além da Pesquisa Bibliográfica (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2023), temos como estratégia metodológica a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) de três documentos públicos produzidos pela OTCA, a *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônia* (2011), o *Relatório de Gestão OTCA* (2023) e a *Declaração de Belém* (2024). O primeiro descreve a transparência na comunicação como uma diretriz de atuação da organização e também trata o tema de forma transversal ao longo do texto para ressaltar a importância da divulgação das ações dos projetos da entidade; o segundo, possibilita verificar como a comunicação da organização, enquanto ferramenta estratégica, se materializa nas ações no seu relatório de gestão; enquanto o terceiro, mais atual, é uma declaração conjunta em que os países-membros da OTCA reafirmam os princípios da organização e estabelecem as prioridades estratégicas para os próximos anos. Os documentos foram assim selecionados em razão da sua temporalidade, detalhamento das diretrizes da organização, avaliação da gestão e descrição de compromissos futuros. Dessa forma, excluíram-se da análise os relatórios de projetos específicos da organização, os documentos de ações executadas por eixo e os boletins temáticos, por não oferecerem elementos para uma avaliação mais integral e geral da OTCA.

Assim, o presente artigo lança reflexões sobre a Comunicação Pública como possível estratégia de gestão da OTCA. Como ponto de partida, apresentamos uma reflexão conceitual sobre a Panamazônia, numa perspectiva política e de integração. Na sequência, destacamos a Comunicação Pública como estratégia de transparência e participação social para a cooperação

amazônica e, por fim, analisamos como se desenvolve a Comunicação Pública da OTCA a partir dos três documentos selecionados.

2. Panamazônia, política e integração

A realização da COP 30, maior evento climático do mundo, no Brasil — em Belém do Pará, de 10 a 21 de novembro de 2025 — conferiu visibilidade nacional e internacional ao debate sobre mudanças climáticas e ao bioma amazônico. Este atua como vasto reservatório de carbono, absorvendo dióxido de carbono (CO₂), combatendo o aquecimento global e influenciando as chuvas em toda a América do Sul. A Conferência das Partes (COP), reunião anual dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), busca promover espaço de discussão, negociação e decisão de ações globais para combater o aquecimento global e as mudanças climáticas.

O debate sobre o bioma amazônico extrapola a dimensão exclusivamente nacional, já que o bioma abrange 7,8 milhões de quilômetros quadrados, distribuídos entre nove países, sendo um deles de fora do continente (PENNA FILHO, 2013). Em nome de uma pretensa preservação ambiental, em 1978, foi criado o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, que contribuiu para a criação da OTCA em 1995, um marco na integração regional da Panamazônia.

O conceito Panamazônia emerge, assim, no século XX em contextos geopolíticos e de integração regional entre os países que compartilham a bacia amazônica. Aragón (2018) utiliza pelo menos três critérios para delimitar a Panamazônia: hidrográfico, ecológico e político-administrativo. Contudo, o conceito também passa a ganhar força como categoria de luta social a partir da criação do Fórum Social Pan-Amazônico⁵ em 2002 e justifica-se para Tura (2010, sem paginação):

Porque a Amazônia não é só uma questão física e geográfica, mas são povos que enfrentam os mesmos problemas de viverem e sobreviverem numa das últimas reservas de floresta tropical úmida no mundo, e também uma das últimas reservas dessa biodiversidade. Os países da Pan-Amazônia sofrem grandes pressões de setores empresariais, uma série de interesses econômicos pelas riquezas materiais do lugar, seja minério, madeira, biodiversidade.

⁵ O Fórum Social Panamazônico – FOSPA é um espaço de articulação, ação e reflexão relacionado à bacia amazônica que atravessa Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, República Cooperativa da Guiana, Suriname e Guiana (francesa) (FOSPA, s.d.).

Qualquer ação ou política que busque promover uma integração entre os países da Panamazônia precisa considerar não apenas sua diversidade biológica, mas também política, social e cultural. Insistir em soluções que tratam a região como se fosse homogênea tende a fracassar antes mesmo da aplicação. Para Cuervo, Nodari, Grisotti e Vernal (2022), compreender a existência dos seres humanos como parte integrante de um organismo vivo - a Terra, a Pacha Mama - tem uma conotação ética diferente da visão da Terra como hospedeira passiva para satisfazer projetos econômicos. Costa, Assis e Sampaio (2020) destacam que a Panamazônia abriga três milhões de indígenas, divididos em 390 povos e quase metade desses povos estão isolados ou nunca tiveram contato com pessoas de outras localidades e culturas. A Panamazônia é vasta e segundo Macedo e Fillipe (2023):

a floresta tropical se espalha sobre países de diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômicos, os quais, no entanto, têm por fator comum um importante componente humano, representado pelas suas comunidades indígenas. Tais populações, sendo originariamente as responsáveis pela colonização da região, e de há muito sujeitas às pressões antrópicas do entorno, acabam por denotar atualmente um verdadeiro fator delimitador da sociodiversidade cultural amazônica que está a merecer a preservação para as nossas gerações futuras (MACEDO; FILLIPE, 2023, p. 134).

Os principais desafios dos países da Panamazônia na contemporaneidade para garantir reconhecimento e protagonismo dos povos do território envolvem fortalecer a sua integração, criar estratégias para frear a ocupação territorial desordenada, a expansão da fronteira agrícola e pecuária, e o crescimento da mineração e da pressão para a exploração petrolífera que tem resultado em amplo desmatamento ao longo do tempo. Iniciativas como a da OTCA, possuem o potencial de contribuir neste sentido, desde que considerem, respeitem e articulem as demandas dos diferentes povos e setores que integram a região.

3. Comunicação Pública como estratégia de transparência e participação social para a cooperação amazônica

A Comunicação Pública tem sido abordada como um conceito no campo acadêmico e também enquanto prática articulada à comunicação organizacional que permite compreender e atender aos anseios do cidadão, demonstrando certa preocupação das organizações com o interesse público e a transparência (DUARTE, 2007; KUNSCH, 2013; MATOS, 2011; MEDEIROS; CHIRNEV, 2021). Esta perspectiva se relaciona com o próprio modelo de governança baseado na democracia, no qual o estímulo à participação social, por meio de

políticas e consultas públicas, audiências, conselhos, ouvidorias e movimentos populares, é um requisito para o exercício da cidadania.

Na ausência de uma definição universal para Comunicação Pública, Duarte (2007) considera que a ideia central está relacionada à comunicação dedicada ao interesse público, ocupando-se do direito à informação e à participação. Portanto, “fazer Comunicação Pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores” (DUARTE, 2007, p. 3). Desse modo, verifica-se a responsabilidade das organizações em incentivar o estabelecimento de instrumentos para participação social voltados ao fortalecimento da Comunicação Pública.

O autor propõe quatro eixos centrais para a manutenção da Comunicação Pública nas organizações: a) *Transparência* - trata-se da responsabilidade da organização com as informações de interesse público, envolvendo prestações de contas (*accountability*), incorporação de valores éticos e ações de transparência ativa e passiva, estas que passaram a ser obrigatórias nos órgãos públicos com a sanção da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011); b) *Acesso* – vinculada à criação de canais e procedimentos que facilitem não apenas o acesso às informações por parte da sociedade, mas também que desperte a atenção e incentive à participação. Duarte (2007) destaca que não trata apenas de contemplar as demandas dos cidadãos, mas de atender de forma adequada no que tange aos formatos, mídias, linguagens e processo; c) *Interação* – é uma maneira de romper com a comunicação unidirecional entre organizações e o cidadão, deslocando o interesse para ações que visam um diálogo em que todos os envolvidos possam participar de maneira igualitária, cooperativa e crítica, tanto na instância da emissão como na da recepção; d) *Ouvidoria social* – estabelece a necessidade de identificar e entender a opinião pública, visando o atendimento dos anseios sociais. É uma forma de considerá-los na formulação do planejamento, das políticas e da própria gestão organizacional.

Tais eixos convergem com os princípios da Comunicação Pública defendidos por Kunsch (2013), que preconizam a instituição pública e governamental como sendo aberta, com mecanismos que permitam a interação com a sociedade. Neste sentido, os meios de comunicação são motrizes, pois viabilizam o fluxo de informação e a escuta por parte da organização junto à sociedade, auxiliando na resolução de problemas sociais. O tripé

transparência, prestação de contas e diálogo/participação é basilar na discussão da pesquisadora.

Enquanto organização intergovernamental financiada com recursos de seus oito países-membros, evidencia-se a importância da OTCA em criar ações e canais que contribuam para a Comunicação Pública, fortalecendo, assim, sua missão de se constituir como um fórum de cooperação, intercâmbio e conhecimento (ORGANIZAÇÃO, 2011).

No entanto, devido ao caráter intergovernamental, a entidade possui uma estrutura que acarreta desafios à Comunicação Pública, como as diversidades culturais e identitárias que perpassam as populações da Panamazônia, os distintos idiomas dos países-membros e até mesmo o arranjo administrativo transnacional que caracteriza a organização. Alguns estudos sobre Comunicação Pública têm direcionado o foco para tais aspectos, a exemplo da interculturalidade (FERRARI, 2015; FERREIRA; ROTHBERG, 2025), que traz à superfície a necessidade de dinâmicas comunicativas adequadas para que as organizações possam, de fato, considerar as subjetividades e as epistemologias que compõem a sociedade em que estão inseridas. Neste sentido,

A comunicação pública atua tanto internamente, nos fluxos necessários para a concretização da participação e da deliberação de todos os grupos interessados de maneira o mais livre e igualitária possível, quanto externamente, em sua visibilidade para os diversos públicos, potencializando reconhecimentos e relacionamentos (FERREIRA; ROTHBERG, 2025, p. 4).

Isto reflete no reconhecimento da diferença enquanto imperativo nas estratégias de participação social nas organizações, o que convoca certas condições para a emergência de uma Comunicação Pública efetiva, como o privilégio ao diálogo, a eliminação dos estigmas entre os povos, a negociação intercultural entre os diferentes sujeitos e o reconhecimento da diversidade de valores (FERRARI, 2015). No caso da OTCA, tais atributos são necessários, inclusive, para que os participantes se engajem e reconheçam a legitimidade de seus problemas perante a organização. Ferreira e Rothberg (2025) relatam que esse sentimento encoraja a percepção de interdependência, na qual os cidadãos identificam que a mobilização coletiva é uma catalisadora para a resolução de demandas individuais.

Logo, as ações de Comunicação Pública, potencializadas nas últimas décadas pelas mídias digitais, que têm permitido a criação de *websites*, perfis em mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, que viabilizam ações de transparência ativa e passiva e o diálogo

com a sociedade (KUNSCH, 2013), devem também ser planejadas de acordo com as especificidades socioculturais que cruzam as finalidades, os públicos e as assimetrias socioculturais e econômicas da organização. Ao considerar tais aspectos, a Comunicação Pública contribui para a autoridade prática, conceito resgatado por Ferreira e Rothberg (2025) na literatura da governança hídrica, quando a entidade consegue de fato cumprir sua missão, adquirindo, por consequência, reconhecimento social que gera o engajamento necessário para a operação das instâncias deliberativas.

4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida e relatada neste artigo é de caráter quanti-qualitativo e exploratório. Os documentos, disponibilizados no site oficial da OTCA, são tratados a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). O método proposto obedece às três fases de abordagem do objeto: a) pré-análise; b) exploração do material e detecção das categorias emergentes; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase, a leitura flutuante permite que os pesquisadores se deixem “invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 122) que irão guiar, sem engessar, as próximas etapas. É neste momento da investigação que emergem hipóteses ou questionamentos, bem como a pré-seleção dos documentos a serem analisados (ou descartados), conforme a pertinência aos objetivos propostos.

Na segunda fase da Análise de Conteúdo (AC), conforme Bardin (1977, p. 98), a partir do primeiro encontro com os documentos disponíveis no site da OTCA, é possível constituir um *corpus* aplicando a regra da representatividade, que, segundo a autora, possibilita que uma “amostragem pode fazer-se ao acaso, ou por quotas (sendo conhecidas as frequências das características da população, retomamo-las na amostra, em proporções reduzidas)”. Assim, construímos o *corpus* a partir de três documentos que permitem identificar valores, objetivos, planejamentos e ações executadas pela organização em estudo.

A *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (ORGANIZAÇÃO, 2011), composta por 68 páginas, apresenta a visão, a missão e os objetivos estratégicos da OTCA, a partir de dois eixos de abordagem transversal: conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento sustentável. Estabelece o papel e as diretrizes de atuação da organização, o ciclo de projetos próprio da OTCA, a estrutura institucional para a gestão da Agenda e as diferentes modalidades de financiamento consideradas.

O *Relatório de Gestão OTCA 2023* (ORGANIZAÇÃO, 2023), composto por 52 páginas, abrange o relato das ações de 2019 a 2023, período em que a organização foi presidida pela Bolívia pela advogada especialista em direito ambiental e econômico, María Alexandra Moreira López. O ano de 2023 foi marcado pela renovação das diretrizes do Tratado de Cooperação Amazônica que, ao completar 45 anos, foi revigorado pela *Declaração de Belém* - terceiro documento considerado para a análise. Assinada durante a Cúpula da Amazônia, no Pará, em 2024, e com 33 páginas, a *Declaração de Belém* atualiza a agenda consensual entre os países-membros por meio de 113 objetivos e princípios voltados ao desenvolvimento sustentável, ao combate ao desmatamento e à proteção dos povos indígenas e tradicionais da região (ORGANIZAÇÃO, 2024).

A terceira fase da Análise de Conteúdo propõe que:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977, p. 101).

Logo, nesta investigação norteamos os esforços segundo os seguintes *objetivos*: a) identificar quais as orientações, espaços e prerrogativas dedicadas à comunicação nos documentos institucionais da OTCA; b) relacionar os conteúdos documentais da OTCA sobre comunicação com os conceitos e referenciais teóricos de Comunicação Pública; c) problematizar a Comunicação Pública, a partir dos documentos institucionais da OTCA, no que diz respeito à ação política e a gestão de verbas públicas da organização para o cumprimento de sua missão.

Outros dois procedimentos preconizados por Bardin (1977) são a categorização e as inferências. A definição das categorias analíticas foi realizada considerando a Pesquisa Bibliográfica sobre Comunicação Pública, em especial as ideias de Duarte (2007) e Kunsch (2013), com tensionamentos para adequá-las à realidade sociocultural dos objetos de análise (FERREIRA; ROTHBERG, 2025). Assim, chegamos a quatro categorias:

a) *Transparência e acesso*: relativa à presença de instrumentos que permitam a transparência ativa e passiva da organização, incluindo a preocupação em disponibilizar canais, mídias e procedimentos para diálogo social;

b) *Interação*: busca identificar estratégias que possibilitam a aproximação com o cidadão, de modo a considerar suas demandas e incluí-lo na agenda estratégica e cotidiana da organização;

c) *Ouvidoria social*: verifica a presença de um setor, como a própria ouvidoria, para identificar, receber e compreender a opinião pública, incorporando as análises em instrumentos de gestão;

d) *Valorização intercultural*: enquanto categoria transversal às demais, visa refletir sobre ações que considerem a diversidade sociocultural dos povos da Panamazônia, de modo a tornar efetiva a Comunicação Pública da OTCA.

O mapeamento das categorias nos documentos foi realizado em dois movimentos complementares: (i) busca por palavras-chave relacionadas às categorias; (ii) leitura flutuante, em atenção à semântica e aos sentidos articulados às categorias.

Já a inferência trata da interpretação dos resultados, possibilitando deduções e reflexões de acordo com os objetivos estabelecidos (BARDIN, 1977), em diálogo, ainda, com os princípios da Comunicação Pública e com a missão da OTCA. Vale ressaltar que a Análise de Conteúdo apresenta, segundo Bauer (2003, p. 192), dois objetivos básicos:

ao refletir sobre a natureza tríplice da mediação simbólica: um símbolo representa o mundo; esta representação remete a uma fonte e faz apelo a um público (Buehler, 1934). Através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos.

O contexto, neste caso, é reforçado pela emergência das questões climáticas e pela própria missão da OTCA na região panamazônica, explicitada em seus documentos institucionais.

5. Análise da Comunicação Pública a partir dos documentos da OTCA

Na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011) há um item exclusivo para tratar da comunicação, onde é destacado que:

A comunicação é um elemento estratégico para a implementação da Agenda de Cooperação e para dinamizar a atuação da OTCA. É de responsabilidade de todas as instâncias do TCA, que devem zelar pela adequada e efetiva utilização das ferramentas projetadas e tomar as medidas necessárias para a consecução dos objetivos previstos. A Comunicação está ligada ao cumprimento da missão, dos objetivos estratégicos e dos objetivos da agenda temática da OTCA, sendo um instrumento fundamental para sua consecução (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 59).

Conforme destacado no documento, há uma definição detalhada sobre a importância da comunicação nas ações da organização. Partindo para o primeiro indicador de análise, foi

possível identificar três recorrências da palavra *transparência* na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), enquanto nenhuma recorrência foi identificada no *Relatório de Gestão OTCA* (2023) e na *Declaração de Belém* (2023). A primeira menção está relacionada ao tópico *Papel, Funções e Diretrizes de Atuação da SP/OTCA*, especialmente no que tange às diretrizes de atuação, citando especificamente *Transparência na comunicação*. Essa menção evidencia, em primeiro plano, a relevância da transparência nas ações de divulgação dos resultados e em outras atividades desenvolvidas pela Organização, ainda que de maneira abrangente e superficial.

A segunda incidência aparece articulada ao tópico *Tema: Gestão do conhecimento e intercâmbio de informações*, apontado como um dos princípios que norteiam a forma como a OTCA deve fomentar as estratégias e processos de comunicação e informação sobre os temas da Agenda. Como resultados previstos por esse movimento, estão a redução dos danos ambientais e o fortalecimento de políticas educacionais. A terceira menção à palavra está relacionada ao apoio à participação de delegados de alguns países-membros da OTCA em eventos e fóruns internacionais.

No caso específico da transparência na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), é possível inferir que está relacionada à divulgação técnica e científica das ações realizadas ativamente pela OTCA (protagonizada pela própria entidade). Já nos quesitos de *prestação de contas e mensuração de resultados*, que poderiam abrir margem à participação comunitária e popular nas atividades da organização, esses processos são detalhados como objetivos das ações a serem desenvolvidas. Há, inclusive, menção à participação popular como uma inspiração do documento e seus signatários, a exemplo de “Reforçar a divulgação do marco institucional, regulamentos, planos e projetos realizados pela OTCA”, ou então em “Acesso aberto à informação sobre a Amazônia gerada pelos países”, assim como “Promover a inclusão dos conhecimentos ancestrais e práticas comunitárias e locais dos povos indígenas como solução para enfrentar o desmatamento, a degradação e a fragmentação das florestas” (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 39-40). Há, ainda, no campo da saúde, uma declaração específica sobre “Promover o desenvolvimento e a avaliação de sistemas de informação em saúde, Telemedicina/Telessaúde” (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 43), sem detalhar os parâmetros e a participação popular na construção desse processo.

No tocante ao *acesso*, o meio mais significativo de divulgação das informações, explicitado pelo documento, é a aba dedicada ao turismo no site do OTCA. Outras ações, tais

como a participação em eventos internacionais ou a partilha de experiências exitosas entre os membros da organização, não são atribuídas diretamente ao campo da comunicação, ausentando detalhamento sobre responsáveis pela execução e/ou canais de manifestação de demandas comunitárias e populares - ainda que sejam mencionados o monitoramento e a identificação destas. A lacuna nesse detalhamento, como equipes, recursos financeiros e/ou processos a serem adotados, torna a diretriz (adotada aqui como categoria única - *Transparência e Acesso*) e a descrição das ações abrangentes e superficiais. Ainda que garantam sua presença na agenda, as demandas informacionais e comunicacionais não são caracterizadas, por exemplo, no quesito sobre infraestrutura, no que diz respeito à conectividade ou à participação das comunidades na construção de saberes, eventos ou *accountability*.

Na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011) também é mencionado o *Ciclo de Projeto*, prevendo três quesitos que podem ser associados à primeira categoria analítica:

- f) Monitoramento. É o processo de acompanhamento do Projeto. É realizado em dois níveis: (i) no das instâncias gerenciais definidas no Projeto, acompanha permanentemente sua execução de acordo com os indicadores de monitoramento definidos na própria proposta de projeto; e (ii) no das instâncias de decisão da OTCA, acompanha sua execução a partir dos relatórios sintéticos semestrais gerados pelo Projeto.
- g) Avaliação. É o processo de reflexão sobre a implementação do Projeto. É realizado na metade e ao final do período de execução, a partir dos indicadores de monitoramento e dos procedimentos definidos no próprio projeto. Todo projeto deve gerar um relatório final sintético, que deve ser encaminhado aos Países Membros.
- h) Divulgação. Etapa diretamente ligada à avaliação. Os resultados da avaliação geralmente são comunicados e transmitidos às partes envolvidas. A estratégia de divulgação é executada por meio de impressos, redes e outros meios de comunicação e deve estar incorporada explicitamente em todos os projetos apoiados pela Organização. (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 57)

A partir do tópico (f), o documento diz sobre o monitoramento da execução dos projetos apoiados pela OTCA, determinando processos “internos”, enaltecendo a autonomia da gerência na avaliação dos indicadores definidos por cada proposta, ou na remessa de relatórios semestrais às instâncias decisórias da OTCA, sem que esses dados sejam compartilhados com a população ou disponibilizados em algum repositório de livre acesso durante o processo, o que dificulta a *accountability* às comunidades envolvidas e diretamente beneficiadas (ou não) pelas ações.

O item (g) menciona que os relatórios parciais e final dos projetos devem ser remetidos aos países integrantes da OTCA, sem que haja - novamente - um acesso livre e um respeito à premissa da transparência na execução destes, pelo menos no que diz respeito à verificação e acompanhamento por parte da sociedade. A alínea (h) trata especificamente da divulgação dos resultados da avaliação dos projetos, sem especificar se são os dados finais ou se essas informações são disponibilizadas durante o processo. Há também uma menção aos meios de divulgação e que cada projeto tem autonomia para explicitar suas atividades. Não possui, neste caso, uma padronização ou uma diretriz a ser seguida por cada projeto, nem um instrumento que catalise as informações; assim, por conseguinte, os dados podem ser ofertados de forma dispersa, vinculados a cada projeto ou divulgados em relatórios sintéticos, dificultando o acesso à informação de maneira integral e facilitada.

A Comunicação, como tópico específico, é tratada em duas páginas do documento, discorrendo sobre as diretrizes a serem seguidas, sendo adjetivada como *estratégica* e *fundamental* à execução da missão e objetivos da OTCA. Há, nesse quesito, uma intencionalidade explícita de transmitir “para os públicos-alvo as mensagens de interesse” (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 59). O uso da palavra transmitir implica uma comunicação vertical, de um para muitos, sem considerar a perspectiva dialógica e participativa das comunidades na construção de saberes e experiências. Como defende Kunsch (2013), a Comunicação Pública prevê a oferta de meios que considere a realidade e os modos de consumo de informação de seus públicos, de maneira a torná-la efetiva e integrada. No caso da *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), além de não constatar esse compromisso, há um protagonismo dos agentes ligados diretamente à OTCA que silencia ou, na melhor das hipóteses, considera as regiões amazônicas como fonte de recursos humanos ou naturais, que fornecem dados. Essa perspectiva corrobora um pensamento colonialista sobre o território, seus habitantes e a natureza.

A descrição da comunicação externa evidencia: “busca o correto, adequado e suficiente posicionamento da boa imagem da Organização na sociedade, especialmente junto aos públicos de maior interesse” (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 59). Não há delineamento desses públicos, mas parece evidente a preocupação com uma imagem institucional a ser construída e preservada. Essa imagem, que tem como princípios a participação e o respeito às regiões amazônicas, coloca sua população e qualquer saber fora da circunscrição acadêmica e científica como fonte de dados e não como protagonista de um processo dialético e participativo,

conforme prevê a Comunicação Pública (DUARTE, 2007; FERREIRA; ROTHBERG, 2025). A partir desses elementos presentes, ou ausentes, no texto, há indícios de que o pensamento colonialista e de silenciamento dos saberes tradicionais e povos originários torna-se coadjuvante nos processos comunicacionais e informacionais da organização.

No *Relatório de Gestão* (2023) da Secretaria Permanente da OTCA, apesar de não mencionar o verbete *transparência*, há um tópico intitulado *Diálogo e Visibilidade*. Nele, o texto faz alusão ao “protagonismo da OTCA junto aos principais atores do cenário regional e global pelo desenvolvimento sustentável”, elencando como questão crítica relacionada aos enfrentamentos climáticos “a divulgação de informações científicas sobre a Amazônia” (ORGANIZAÇÃO, 2023, p. 24). A conquista de maior destaque nesse tópico é a construção da Plataforma dos Povos Indígenas da Amazônia, com a intenção de compartilhar saberes tradicionais, práticas e tecnologias dos povos originários, mas não há publicização do endereço eletrônico da página ou descrição das ações já desenvolvidas nesse sentido. Também não faz alusão à participação dos povos indígenas e quilombolas na construção da Plataforma, o que, se não houver tal interação, pode configurar uma nova atitude vertical e unilateral.

Apesar da previsão de disponibilidade de dados científicos derivados dos monitoramentos realizados pelo Observatório da Amazônia, um projeto financiado e coordenado pela OTCA, aos países parceiros, a simples produção de dados não configura a Comunicação Pública, uma vez que várias dessas informações são disponibilizadas em linguagem técnica e com base em parâmetros de domínio específico (meteorologia, biologia, economia). Sem uma transposição para uma linguagem mais acessível, o resultado é um banco de informações de circulação restrita.

Talvez, o mais próximo de uma participação direta dos povos tradicionais seja descrita no relatório, mencionando que:

a OTCA contribuiu com a doação de equipamentos para territórios indígenas. A ação foi realizada após consulta com os povos indígenas. Para alguns territórios, conforme a preferência dos grupos, foram doados equipamentos de rádio e para outros, em que a internet já é utilizada, foram doadas placas fotovoltaicas para substituir os geradores a diesel (ORGANIZAÇÃO, 2023, p. 41).

Aqui podemos observar uma descrição de como a escuta atenta e a prevalência das opções das comunidades indígenas impactaram as ações da Organização. Ainda que restritas ao assistencialismo através da doação de equipamentos, há uma clara menção à participação desses sujeitos na escolha sobre a destinação de recursos. Outro elemento relevante é de que as

escolhas gravitam em torno da acessibilidade à comunicação, seja pelos equipamentos de rádio, seja pelas placas fotovoltaicas que permitem a alimentação energética de equipamentos conectados à internet, por exemplo.

Na *Declaração de Belém* (2024), também sem menção à transparência, algumas iniciativas podem contribuir para esta finalidade. Uma delas, é a institucionalização do Observatório Regional Amazônico, que deve permitir monitorar e consolidar informações, dados e conhecimentos científicos dos oito países-membros. Porém, assim como nos demais documentos, evidencia-se uma predominância de ações voltadas para a comunicação interna ou com outras organizações semelhantes, ausentando premissas direcionadas ao diálogo social, a exemplo do décimo segundo objetivo da Declaração, que estabelece “Fortalecer os canais de comunicação e a troca de experiências entre os programas de pesquisa científica e inovação tecnológica e seus mecanismos associados no âmbito da OTCA com outros mecanismos internacionais semelhantes” (ORGANIZAÇÃO, 2024, p. 13).

A ausência de mecanismos de participação social reflete nos resultados da segunda categoria. *Interação* aparece como palavra na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011) duas vezes, na *Declaração de Belém* (2024) apenas uma vez, enquanto no *Relatório de Gestão OTCA* (2023) não foi identificada nenhuma incidência. A primeira recorrência na *Agenda Estratégica* trata a interação como elo necessário para a modernização da estrutura de operação da organização aplicada por medidas de caráter administrativo, gerencial e orçamentário a nível dos próprios países-membros. A outra recorrência é uma descrição técnica do item *Monitoramento e Avaliação*, que se refere a eficácia do plano e impactos e trata da quantificação de projetos de cooperação e de iniciativas que estabelecem “interação em áreas de fronteira” (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 66).

Na *Declaração de Belém* (2024), a interação aparece no vigésimo terceiro objetivo, que trata de "Fortalecer os modelos nacionais de governança para a geração e a gestão de informações, promovendo a interação e a interconexão dos atores" (ORGANIZAÇÃO, 2024, p. 15). Nele, também afirma-se que a integração de informações ambientais é uma via para suprir lacunas em diagnósticos que envolvem o acesso às informações e a participação pública na esfera de deliberação ambiental. Observa-se uma aproximação à Comunicação Pública, diante da preocupação em incluir o público em decisões da organização, mesmo que não haja detalhamento dos procedimentos a serem adotados. O décimo segundo objetivo também preconiza o fortalecimento de canais de comunicação e a troca de experiências, todavia, sem

uma inserção social clara, pois há uma delimitação que envolve os programas de pesquisa científica e de inovação tecnológica da OTCA com relação a outras organizações internacionais.

Essa situação também aparece na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), em que na descrição das medidas a serem tomadas na área da comunicação, há uma postura evidente de proatividade da organização em produzir conteúdos de interesse institucional, explicitando, inclusive, a ampliação das relações com jornalistas e com a mídia, mas nenhuma menção a canais de acesso e/ou participação popular e comunitária nos projetos, nas decisões ou na fiscalização por parte da sociedade.

Quanto ao *Relatório de Gestão OTCA* (2023), apesar da ausência do verbete *interação*, alterando a busca para *participação*, foram encontradas sete menções, sendo seis delas referentes à própria OTCA em eventos nacionais e internacionais e apenas uma relativa à sociedade civil organizada em suas ações. Ao descrever um programa de aprendizagem e manejo do fogo, diz que “O Programa conta com a participação de entidades públicas, privadas e acadêmicas e organizações da sociedade civil interessadas, a fim de alcançar as diretrizes comuns” (ORGANIZAÇÃO, 2023, p. 44), mas não apresenta detalhes sobre como essa participação ocorre ou por quais canais. A própria *equidade social*, mencionada como visão geral da entidade, ou as *questões sociológicas*, inseridas como áreas de desenvolvimento de projetos, são apontadas, no relatório, de forma genérica e sem detalhamento.

Na categoria *ouvidoria social*, não há menção à implementação de um setor de ouvidoria nos três documentos analisados. Constata-se, como já mencionado, um foco na comunicação como meio para estreitar a relação entre os países-membros da OTCA, sem previsão de estratégias e canais diversificados para incorporar demandas sociais. Na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), o *website* é mencionado como principal plataforma para publicização dos acontecimentos relacionados à Organização. Mesmo destacando “a adoção de instrumentos de comunicação modernos” (ORGANIZAÇÃO, 2011, p. 58), não há qualquer detalhamento sobre como se estabelece o elo entre a sociedade e a organização, caracterizando a função do site mais como repositório de documentos para ser acessado pelos países-membros. Ademais, outras possibilidades de interação oriundas das mídias sociais e digitais, que poderiam potencializar a comunicação pública, como discutidas por Kunsch (2013), não são mencionadas.

A inexistência de uma política consistente de acolhimento de demandas e diálogo social pode ser justificada pela própria estrutura da Secretaria Permanente da OTCA, relatada entre os elementos pré-textuais do documento. Nela, a comunicação não possui coordenação própria, sendo integrada às atividades do Coordenador de Transportes, Infraestrutura, Comunicação e Turismo (ORGANIZAÇÃO, 2011). Logo, não se efetiva a comunicação enquanto atributo de gestão na organização, como defendem estudiosos da Comunicação Organizacional (KUNSCH, 2013; MARTINUZZO, 2013).

Em relação à quarta categoria, a *interculturalidade* é mencionada quatro vezes na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), nenhuma no *Relatório de Gestão OTCA* (2023) e sete vezes na *Declaração de Belém* (2024). No primeiro documento, o termo emerge como um aspecto a ser considerado nas atividades da OTCA, como na formulação de materiais de gestão de conhecimentos tradicionais, na promoção do intercâmbio e da divulgação intercultural, com a inclusão de organizações indígenas para a elaboração de um plano de educação, e no fortalecimento das capacidades dos recursos humanos na região Amazônica, como na área de saúde ambiental (ORGANIZAÇÃO, 2011).

A *Declaração de Belém* (2024) estabelece que a abordagem intercultural e intergeracional constitui um princípio para o respeito à identidade e à diversidade cultural da Amazônia. Este valor da organização perpassa por metas mais tangíveis da Declaração, a exemplo da proposta de criação do Foro de Cidades Amazônicas, visando fortalecer lideranças tradicionais; do fomento de redes de contato, incluindo universidades indígenas; da promoção de dois fóruns com povos tradicionais e locais; e da consolidação do diálogo intercultural por meio da Rede de Autoridades de Águas dos Estados Partes da OTCA (ORGANIZAÇÃO, 2024).

Observa-se, nos dois documentos em que a interculturalidade é citada, certa preocupação da OTCA em considerar a diversidade cultural da Panamazônia em atividades ligadas à educação, saúde, política e recursos hídricos. No entrando, não há qualquer menção à promoção de uma comunicação que fomenta o diálogo intercultural. Estudos que abordam a comunicação intercultural demonstram a importância de comportamentos específicos para a efetividade do diálogo entre sujeitos de diferentes culturas, como a escuta, a observação e uma atitude ética humanista e igualitária (ELHAJJI, 2023). A ausência de um planejamento voltado a este aspecto pode comprometer não apenas a Comunicação Pública em si, mas também a efetividade das próprias ações estabelecidas na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica*

(2011) e na *Declaração de Belém* (2024) – o que auxilia a compreender por que a interculturalidade não é encontrada no *Relatório de Gestão OTCA* (2023), documento dedicado a apresentar as atividades de fato executadas.

Portanto, mesmo com a menção à necessidade do diálogo intercultural, identifica-se que a interculturalidade não é articulada às ações voltadas à comunicação, que poderiam capilarizar a atuação da OTCA em uma região diversa, com diferenças identitárias atenuadas, que exige processos comunicacionais específicos para sua concretude. Nota-se, ainda, que os três documentos analisados estão disponíveis em português, espanhol e inglês, sem versão em alguma língua indígena, o que contribui para a exclusão do acesso e da transparência envolvendo tais povos, além de comprometer a autoridade prática (FERREIRA; ROTHBERG, 2025) da organização.

6. Considerações finais

O estudo refletiu sobre como a Comunicação Pública emerge nos documentos da OTCA, visando conferir visibilidade à temática do meio ambiente, rumo ao desenvolvimento sustentável, e efetivar a responsabilidade social da organização intergovernamental. Foram identificadas limitações tendo em vista a maneira como os princípios da Comunicação Pública aparecem (e deixam de aparecer) no material analisado, tratados na investigação por meio de quatro categorias: Transparência e acesso, Interação, Ouvidoria social e Valorização intercultural.

Em primeira instância, verifica-se que, na *Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica* (2011), preconiza-se o desenvolvimento de algumas estratégias relacionadas à Comunicação Pública, mesmo que superficiais, como a transparência, o acesso à informação e a preocupação intercultural. Em instância posterior, no *Relatório de Gestão OTCA* (2023), em que se realiza a prestação de contas da gestão 2019-2024, a atenção à Comunicação Pública, ou mesmo a uma política global de Comunicação, torna-se ainda mais tímida. Ao longo do percurso analítico, identificou-se que, no relatório, não houve ações voltadas à comunicação, sendo que, quando ela aparece indiretamente, está subordinada a outras áreas, como as administrativas e educacionais. O mesmo acontece no documento mais recente, a *Declaração de Belém* (2024), que apesar de preconizar aspectos que reconhecem a diversidade cultural da Panamazônia e que são necessários para uma comunicação efetiva, a exemplo da

interculturalidade, carece de procedimentos concretos para a incorporação dos povos e comunidades tradicionais e locais em espaços deliberativos da OTCA.

Em um balanço entre as quatro categorias analisadas, chama a atenção a ausência da ouvidoria social nos três documentos, inclusive no nível semântico. Como defende Duarte (2007), a presença deste setor nas organizações demonstra o interesse delas em conhecer e compreender a opinião pública. Por outro lado, consideramos que sua ausência reflete no risco de distanciar a atuação organizacional das demandas sociais, o que é grave para uma entidade financiada com recursos públicos provenientes de oito países.

É possível afirmar, portanto, que não há uma estratégia de Comunicação Pública por parte da OTCA. Essa falha pode gerar efeitos negativos à organização, tais como dificuldade em compreender as demandas sociais, redução do impacto de suas atividades no espaço público e comprometimento da responsabilidade social. Já para a sociedade em geral, reduz a contribuição à cidadania, à participação e ao diálogo. Além disso, coloca em xeque a própria missão da OTCA de se constituir enquanto fórum de cooperação, intercâmbio e conhecimento (ORGANIZAÇÃO, 2025).

Agradecimentos

As pesquisas que permitiram a produção deste artigo são financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

- ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 15-33, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5676>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 08 dez. 2025
- COSTA, B.S. ; ASSIS, C. C.; SAMPAIO, J.A.L. Dialética na Panamazônia: linguagem, pluralidade e cooperação. In: Beatriz Souza Costa; Bleine Queiroz Caúla; Valter Moura do Carmo. (Orgs.). **Diálogo Ambiental**

Constitucional Internacional: O diálogo para um planeta em crise. 14ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, p. 13-34.

CUERVO, Ivón Natalia; NODARI, Eunice Sueli; GRISOTTI, Marcia; VERNAL, Javier Ignacio. Por uma Pan-Amazônia viva e saudável: a perspectiva do Bem Viver. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 037–097, 2022. DOI: 10.5965/1984724623532022037. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21820>. Acesso em: 5 jan. 2026.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: LOPES, Boanerges (Org). **Gestão da Comunicação Empresarial: teoria e técnica**. São Paulo: Mauad, 2007, p. 1-7. Disponível em: <https://abcpública.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-VF-Cap%C3%ADulo.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2025.

ELHAJJI, Mohammed. **O intercultural migrante:** teorias e análises. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

FERRARI, Maria Aparecida. Perspectivas, Dilemas e Desafios da Comunicação Intercultural. **Revista Arte 21**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 82-94, 2015. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/arte21/article/view/74>. Acesso em: 05 jan. 2026.

FERREIRA, Vinícius; ROTHBERG, Danilo. Comunicação e interculturalidade na governança das águas no Brasil. **Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación**, v. 24, n. 46, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/4718>. Acesso em: 06 jan. 2026.

FOSPA – Fórum Social Pan-Amazônico. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/verbete/fospa-forum-social-pan-amazonico/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública:** interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo : ECA/USP, 2013, p. 3-14.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas In: MARCHIORI, Marlene. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006, p. 167-190.

MACEDO, M. V. A. ; FILIPPI, E. E. . O componente humano na Panamazônia: os povos indígenas. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, p. 120-136, 2023. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/redis/pt_BR/article/view/12930/9693. Acesso em: 30 dez. 2025.

MARTINUZZO, José Antônio. **Seis questões fundamentais da Comunicação Organizacional Estratégica em Rede**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MATOS, Heloiza. A Comunicação Pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011

MEDEIROS, Armando; CHIRNEV, Lilian (Orgs.). **Guia de Comunicação Pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Agenda estratégica de cooperação amazônica**. Brasília, DF: OTCA, 2011. 132 p. Disponível em: <https://otca.org/pt/publicacao/agenda-estrategica-de-cooperacao-amazonica/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Declaração de Belém e Declaração de Brasília e resoluções**. Belém: OTCA, 2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/publicacao/declaracao-de-belem-e-declaracao-de-brasilia-e-resolucoes/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Quem somos**. Disponível em: <https://otca.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Relatório de gestão – 2023**. Brasília: OTCA, 2023. Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio_2023_OTCA_PTBR-pg-simples.pdf. Acesso em: 9 dez. 2025.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)**, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Sn48BCnQ93KzGgbFsPnp5fn/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOUSA, Angélica; OLIVEIRA, Guilherme; ALVES, Laís. A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 08 jan. 2026.

TURA, Letícia. O sentido da Pan-Amazônia. **Portal Fase**, 03 dez. 2010. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/o-sentido-da-pan-amazonia/>. Acesso em: 30 dez. 2025.